



Collor e Rollemberg veem êxito da Rio+20

Senadores destacaram importância da conferência, apesar de o documento final ter ficado aquém das expectativas

Presidentes das duas comissões do Senado mais ligadas à Rio+20, Fernando Collor e Rodrigo Rollemberg fizeram balanço positivo do encontro. Eles reconheceram que o texto final trouxe poucos avanços, mas disseram que foi o possível diante das pressões de grandes blocos econômicos. **3**



Sérgio Souza (2º à esq.) e Vanessa Grazziotin participam de debate, na Rio+20, sobre desmatamento da Amazônia

Projeto vai monitorar floresta amazônica em oito países **3**

Suplicy quer taxa "Robin Hood" sobre grandes fortunas do mundo **2**

Senador veste chapéu do personagem ao defender criação de fundo também apoiado pelo presidente François Hollande



Ana Amélia diz que conferência da ONU não venceu desafios **2**

Para senadora, Rio+20 encontrou "uma pedra no meio do caminho": a crise econômica que atinge vários países



Cássio pede energia limpa e combate à pobreza no semiárido **3**



Waldemir Moka lembra que outros setores tiveram incentivos

Moka cobra do governo juros menores para o agronegócio **4**



Medida também estimularia o desenvolvimento, diz Mozerildo

Mozerildo defende legalização do jogo contra crime organizado **4**

Casa analisa quatro propostas do Projeto Jovem Senador **2**

Na pauta, MP que ajuda empresa prejudicada por desastre natural **4**

O filósofo francês Charles Girard (C) fez, ontem à noite, a segunda conferência do Fórum Senado Brasil 2012, que discute grandes temas do país e do mundo. O tema de sua apresentação foi "Sobre o consenso na democracia: igualdade, unanimidade e legitimidade". Abriam o debate o organizador do fórum, Jerônimo Moscardo (E), e o vice-reitor da Unilegis, Carlos Mathias de Souza (D). O ciclo de conferências do fórum continuará até 7 de agosto. Hoje será a vez de Luiz Alberto Oliveira, físico, doutor em cosmologia e pesquisador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Sua fala terá como tema "Homo civilis (ou Homo sapiens 2.0)". Todas as conferências se realizam às 19h, no auditório do Interlegis, com entrada gratuita. Informações na página www.senado.gov.br/senado/forumsenado2012.



Sugestões feitas por alunos do ensino médio de escolas públicas, por meio do Projeto Jovem Senador, viraram três projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição que começaram a tramitar na Casa



Jacqueline Kelly Canuto Silva

Senado analisa projetos de lei apresentados por estudantes



Aдриelle Henrique Souza

TRÊS PROJETOS DE lei e uma proposta de emenda à Constituição, decorrentes de sugestões apresentadas por quatro alunos do ensino médio durante o Projeto Jovem Senador 2011, já estão em tramitação no Senado. Estudantes de escolas públicas, eles representaram os estados de São Paulo, Alagoas, Bahia e Acre no evento.



Ivan Aquino de Araújo Brito

A jovem senadora de São Paulo, Jacqueline Kelly Canuto Silva, sugeriu alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A ideia deu origem ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 183/12, que torna obrigatória a realização de debates, no ensino médio, sobre a realidade social e política no país. A autora apontou a necessidade de participação dos jovens no aprimoramento da educação.



Alex Uilian Almeida de Alencar

Outra sugestão foi a do jovem senador de Alagoas, Ivan de Araújo Brito. O PLS 184/12 também altera a LDB para incluir, entre os princípios orientadores do dever do Estado com a educação, a destinação de recursos que garantam a qualidade do ensino. “Temos que nos conscientizar de que temos o poder de

mudar o país, principalmente através da educação e da informação”, escreveu Ivan na justificativa de seu projeto.

A proposta (PLS 185/12) da jovem senadora baiana, Adrielle Henrique Souza, prevê que seja assegurada a presença de professores qualificados nas redes públicas de ensino.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 26/12 obriga a aplicação de recursos mínimos na segurança pública e trata da criação de programa para valorizar os policiais. Foi originada em ideia do jovem senador do Acre, Alex Uilian Alencar.

Em seu relatório favorável à aprovação da matéria, Roberto Requião (PMDB-PR) argumentou que o setor deve receber a mesma atenção que a educação e a saúde, porque, “sem segurança pública, nossos jovens não terão acesso à educação nem à saúde”.

As sugestões apresentadas durante o projeto — organizado pela Secretaria-Geral da Mesa e Consultoria Legislativa — foram encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos, que, ao analisar as matérias, decidiu iniciar a tramitação das quatro propostas.

Jovem Senador 2012 está com inscrições abertas

O Projeto Jovem Senador tem como objetivo aproximar o Senado dos estudantes, por meio da informação sobre o processo de criação de leis. Destinado a alunos dos dois últimos anos do ensino médio em escolas públicas, o projeto seleciona anualmente um estudante de cada um dos 26 estados e do Distrito Federal.

A seleção é feita por meio do Concurso de Redação do Senado — promovido pela Secretaria

Até 31 de agosto: envio da melhor redação de cada escola às secretarias estaduais de Educação

Até 28 de setembro: envio das três melhores redações de cada estado, pelas secretarias estaduais de Educação, para o Senado

Até 11 de outubro: seleção das três melhores redações na etapa nacional pela comissão julgadora do Senado

15 de outubro: anúncio do resultado

19 de novembro: chegada dos jovens senadores a Brasília para “mandato” de três dias

de Relações Públicas —, cujo tema da edição de 2012 é “Meu município, meu Brasil”.

As secretarias de Educação

escolhem as melhores redações de seus estados para encaminhar à comissão julgadora do Senado, que define os três primeiros colocados da etapa nacional. Os 27 representantes escolhidos participam de simulação do processo legislativo, por três dias, no Plenário do Senado. É aí que surgem as sugestões de projetos.

Mais informações no site www.senado.gov.br/jovensenador.



Suplicy apoia fundo sugerido por Hollande

Com um chapéu de Robin Hood — herói da literatura inglesa que roubava dos ricos para dar aos pobres — Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o presidente da França, François Hollande, por defender a criação de um fundo mundial para erradicação da pobreza a partir da taxação de grandes fortunas e sobre as transações financeiras. O senador considerou uma das atividades mais relevantes da Rio+20 a manifestação por “uma taxa Robin Hood por um mundo sustentável”, defendendo essa taxação, também conhecida como taxa James Tobin, nome do vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 1972, que sugeriu a medida.

— E Tobin inspirou-se em John Maynard Keynes. Representantes de mais de trinta países participaram da manifestação, com inúmeras entidades sindicais — disse.

Desafios não se cumpriram, diz Ana Amélia

Na opinião de Ana Amélia (PP-RS), a Rio+20 termina sem um documento final consistente. Entre os pontos não resolvidos, a senadora citou o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável, a definição de economia verde e a transferência de tecnologia limpa para os países em desenvolvimento.

Para Ana Amélia, a convenção encontrou “uma pedra no meio do caminho”: a crise econômica que atinge vários países e que tirou dos líderes mundiais o foco ambiental.

— Todos os itens que dependem de compromissos econômicos e financeiros dos países ricos continuam sendo apenas projetos ou boas intenções, e disso o universo, o céu, o limbo e o purgatório estão cheios — criticou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Sessão não deliberativa

9h A sessão plenária não tem pauta de votações e será destinada a discursos de senadores.

FÓRUM: Senado Brasil 2012

18h30 Prossegue o Fórum Senado Brasil 2012, ciclo de palestras sobre grandes temas da atualidade. O palestrante será Luiz Alberto Oliveira, com o tema “Homo civilis (ou Homo sapiens 2.0). O fórum vai até 7 de agosto no Interlegis.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Presidentes das comissões de Meio Ambiente e de Relações Exteriores elogiam conferência e dizem que texto final conseguiu poucos avanços, mas tem vários pontos positivos

Rolleberg e Collor: documento da Rio+20 ficou aquém das expectativas



OS PRESIDENTES DAS comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Meio Ambiente (CMA) do Senado consideraram o documento final produzido na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) aquém de suas expectativas, mas destacaram vários pontos positivos do texto.

Para o presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), a conferência foi “um êxito”, diante das dificuldades encontradas pelos negociadores brasileiros. Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), da CMA, afirmou que a Rio+20 foi “fundamental para a mobilização da opinião pública mundial, que pressionará governos e parlamentos a avançar numa agenda de desenvolvimento sustentável”.

Collor — autor do requerimento que resultou no pedido do Brasil às Nações Unidas para sediar a conferência — disse que o documento final “está muito melhor do que os mais pessimistas diziam”. Segundo ele, os dois maiores blocos econômicos, a União



Rolleberg lamenta que documento não tenha criado fundo mundial

Europeia, os Estados Unidos e o Canadá “trabalharam contra o sucesso da Rio+20” e houve parcerias “inusitadas” para inibir melhorias no texto, como a união entre Estados Unidos e Venezuela para evitar avanços na questão dos oceanos.

Entre os pontos positivos, o ex-presidente da República arrolou o princípio do não retrocesso, por meio do qual os acordos já assinados na área ambiental não poderão ser mudados. Outros aspectos por ele destacados foram a



Collor: evento teve êxito, apesar de grandes blocos agirem contra ele

colocação do homem como o foco do desenvolvimento sustentável e a inclusão desse entre os objetivos do milênio.

— Digamos que o documento final não tem consequências imediatas, mas terá consequências — afirmou, ressaltando a garantia, no documento, do legado da Rio-92.

Para Collor, o mundo agora tem de mirar 2015, ano em que serão quantificadas as metas para o desenvolvimento sustentável, que devem entrar em vigor em 2020.

Financiamento

Rolleberg lamentou a ausência, no documento final, de metas claras de desenvolvimento sustentável e da criação de fundo pelo qual os países mais ricos pudessem financiar o desenvolvimento dos mais pobres. Ele também lamentou que o texto não tenha alçado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) à condição de agência da ONU.

— Um dos grandes problemas que tivemos da Rio-92 para cá foi a falta de implementação das decisões tomadas naquela ocasião — afirmou.

Para Rolleberg, o documento final “foi o consenso possível entre 193 países, tomado num ambiente de muita dificuldade econômica”. Entre os aspectos positivos, ele citou o compromisso de erradicação da pobreza; a reiteração das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, sobre o clima e o meio ambiente para todos os países; a determinação de definir até 2015 os objetivos do desenvolvimento sustentável; e a perspectiva de se criar unidades de conservação na área marítima internacional.



Para Cássio, o manejo sustentável da Caatinga pode combater a pobreza

Cássio Cunha Lima discute soluções para o semiárido

Na Rio+20, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) participou, ontem, do seminário Ações de Desenvolvimento Sustentável para o Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, promovido pela organização não governamental Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA).

Segundo o senador, a ASA congrega mais de 750 entidades e tem experiências extremamente bem-sucedidas, como a construção de cisternas, tanques e barragens subterrâneas. Cássio elogiou o trabalho na Paraíba de replantio de sementes nativas, lá chamadas “sementes da paixão”. O parlamentar salientou a necessidade de efetivar um trabalho educativo que contextualize a realidade do semiárido, sobretudo no potencial que o Nordeste tem nas energias limpas, como as energias eólica e solar.

— Nada disso será válido, porém, sem o combate à pobreza. O grande objetivo é a transformação socioeconômica no semiárido do Brasil. Temos exemplos de sucesso que apontam um caminho sustentável nessa direção. O manejo florestal da Caatinga é uma alternativa viável — disse.

O senador criticou “a ausência de continuidade e de convergência dos programas governamentais voltados para atender os problemas do semiárido nordestino”. A Caatinga, informou, ocupa 11% do território nacional.

— A Paraíba tem 90% de seu território no semiárido. É preciso um olhar muito especial para o bioma Caatinga, sobretudo no que diz respeito às desigualdades sociais, à erradicação da pobreza e ao desafio gigantesco da desertificação. De toda região semiárida do planeta, a Caatinga, mais rica em biodiversidade, é brasileira — afirmou.

Debate no Rio destaca monitoramento da Amazônia

O secretário-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), embaixador Alejandro Gordillo, destacou em debate da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) na Rio+20 o avanço do projeto que irá monitorar o desmatamento da floresta amazônica em oito países.

A iniciativa é resultado de uma parceria entre a OTCA e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O encontro, realizado no Parque dos Atletas, no Rio de Janeiro, teve como tema a Política Nacional sobre Mudança de Clima.

O projeto atenderá ao Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela e é financiado pelo Fundo Amazônia, alimentado por recursos públicos e privados e gerido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O diretor de Meio Ambiente do BNDES, Guilherme Narciso de Lacerda, salientou que o projeto foi apresentado em abril e já foi aprovado.

O diretor disse que a América do Sul dá para o mundo “um exemplo de articulação, cooperação, afinidade, paz e diálogo para a condução de projetos internacionais objetivos”.

A vice-presidente da CMMC, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) conduziu o painel sobre a OTCA.

O vice-ministro de Relações Exteriores do Suriname, Robby Ramlakhan, disse que seu país é o menor da América do Sul, tem 90% do território coberto pela floresta e depende de financiamentos externos para fazer frente aos projetos capitaneados pela OTCA.

O diplomata Clemente Baena Soares, do Ministério das Relações Exteriores, elogiou a administração de Alejandro Gordillo à frente da OTCA, por “ter recolocado a entidade no mapa da agenda

internacional”.

O painel sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima foi coordenado pelo presidente da CMMC, deputado Márcio Macêdo (PT-SE).

O presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), ressaltou a importância de o Congresso ter inserido na política por ele aprovada as metas voluntárias de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa.

De acordo com a legislação aprovada, a redução deve ficar entre 36% e 39%.

Marcos Vasconcellos, representante do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, elogiou o governo Luiz Inácio Lula da Silva no incentivo ao uso dos biocombustíveis, mas criticou o governo de Dilma Rousseff na questão.

Para ele, o interesse por esses combustíveis “caiu consideravelmente no governo federal”.

Ele disse que o futuro da política de biocombustíveis “não está sendo bem conduzido”.

Para o relator da comissão mista, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), a reunião no Rio mostra que os parlamentares estão empenhados em “entender a importância da Rio+20 para o planeta”.



Senadores Sérgio Souza (2º à esq.) e Vanessa Grazziotin participam de encontro na Rio+20 promovido pela comissão



Produtores rurais de locais como Teresópolis (RJ), que ano passado foi devastada pelas chuvas, poderão ter financiamento maior do BNDES

Crédito para áreas de desastres naturais pode chegar a R\$ 2 bilhões

Medida provisória recebida ontem pelo Senado também transfere para a mulher, em caso de separação, a propriedade de imóvel do Programa Minha Casa, Minha Vida

PODERÁ CHEGAR A R\$ 2 bilhões o total disponível para o BNDES financiar produtores rurais, cooperativas e empresas de áreas atingidas por destrastes naturais com decretos de

calamidade reconhecidos desde 2010. Essa ampliação está prevista na Medida Provisória (MP) 561/12, que chegou ontem ao Senado por meio do Projeto de Lei de conversão (PLV) 15/12. O projeto, aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 19, foi incluído na ordem do dia do Senado de terça-feira.

A medida provisória também transfere a propriedade de imóveis financiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida para a mulher, em caso

de separação. A prioridade para a mulher no programa habitacional vale apenas para imóveis comprados durante o casamento ou união estável.

Mulheres assinam

O ofício enviado ao Congresso Nacional registra que essa medida demonstra a importância que o governo tem dado à mulher nos programas sociais. O documento também informa que quase metade (47%) dos contratos da primeira etapa do Minha Casa,

Minha Vida foram assinados por mulheres. No caso de o casal ter filhos e de o pai ficar com a guarda deles após a separação, o imóvel ficará com o homem.

O texto ainda trata do parcelamento de dívidas de estados e municípios relativas ao PIS-Pasep e do registro de imóveis urbanos por parte da União.

Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a sessão de ontem, informou que a validade da MP foi prorrogada até 5 de julho.

Mozarildo defende a regularização do jogo e a abertura de cassinos no Brasil

A legalização do jogo no Brasil foi defendida por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador argumentou que, ao regulamentar a prática, é possível evitar a sonegação fiscal e a associação do jogo ao crime organizado, fomentar o turismo e ainda estimular o desenvolvimento econômico das regiões onde houver cassinos. Para Mozarildo, é uma contradição recriminar a regularização do jogo quando o governo mantém sob sua responsabilidade as loterias federais.

O senador destacou que, nas Américas do Sul e Central, apenas Brasil e Cuba não têm o jogo legalizado. Levantamento encomendado por ele à Consultoria Legislativa mostrou também que países como México e Rússia veem os jogos



Waldemir Barreto/Agência Senado

como fonte de renda para o governo, na forma de impostos. Nos Estados Unidos, disse Mozarildo, há um cassino dentro de uma reserva indígena, cuja renda é revertida para os índios.

Também segundo o estudo, o argumento para a resistência no Brasil à legalização do jogo é de que ele produz vício e aumenta a criminalidade. Para Mozarildo, no entanto, a relação entre jogo e criminalidade é discutível, pois “essa relação é marcada essencialmente pela clandestinidade”.

— Não é proibindo que a gente resolve o problema. Nós temos é que regularizar. Aí não teríamos hoje o senhor Carlos Cachoeira, depois de tantos anos da CPI dos Bingos, à frente de uma grande organização criminosa — disse.

Moka: governo incentiva vários setores da economia, mas não o agronegócio

Waldemir Moka (PMDB-MS) defendeu a redução da taxa de juros do Plano Safra 2012-2013 de 6,75% para 5% ao ano, para torná-la compatível com o momento atual da economia.

Para que isso ocorra, explicou, os bancos teriam isenção de tributos incidentes sobre as operações de crédito destinado ao setor, como PIS, Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda.

Moka disse que a sugestão foi apresentada ao vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, Osmar Dias, que, segundo o senador, recebeu-a com entusiasmo e prometeu encaminhá-la à área técnica da instituição.

— O governo federal vem isentando de tributos alguns setores para estimular a produção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Por que não o agronegócio, responsável pelo superávit da balança comercial?

O senador explicou que a isenção tributária incidiria sobre o *spread* bancário (diferença entre o que

o banco paga a seus investidores e o que cobra dos empréstimos concedidos a pessoas físicas e jurídicas).

Outra proposta apresentada por Moka ao Banco do Brasil prevê a isenção tributária sobre dívidas consideradas irre recuperáveis. A medida, informou, beneficiaria o governo, o banco e os produtores

— A dívida renegociada voltará a pagar tributo. Os bancos vão recuperar parte do que jamais receberiam e o produtor terá redução na dívida de pelo menos 30%, dando liquidez a seus débitos e tornando-se adimplente.

CPI receberá mais áudios do inquérito contra Cachoeira

Era esperada para o final da noite de ontem pela CPI mista do Cachoeira a chegada de 57 novos áudios gravados pela Operação Monte Carlo, realizada pela Polícia Federal para desmantelar o esquema do contraventor Carlinhos Cachoeira e que expôs suas relações com políticos, órgãos públicos e empresas.

A informação foi dada pelo presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que recomendou ao relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), que fosse a Goiânia apressar o envio das gravações.

— Esperamos que traga o material bruto. O material que o STF mandou contém inconsistências com reportagens veiculadas pela mídia. São trechos que ou estão incompletos ou não existem — assinalou Vital do Rêgo.

O presidente da CPI determinou que, a partir de hoje, funcionários da CPI instalem essas novas gravações nos computadores que os parlamentares acessam para conhecer o processo.

As novas mídias são os anexos que faltam para completar o inquérito oriundo da 11ª Vara da Justiça Federal de Goiânia e que o STF enviou para o Congresso no início dos trabalhos da CPI.

A expectativa de deputados e senadores que compõem a comissão é de que essas mídias propiciem o integral conhecimento do processo resultante da investigação. São ligações telefônicas grampeadas que mencionam 82 autoridades do governo.